

O COMÉRCIO INFORMAL NO CENTRO EXPANDIDO DO RECIFE

**Maria do Socorro
Pedrosa de Araújo***

Apresentação

O presente artigo, que é parte de uma pesquisa ainda em curso, tem como propósito mostrar como o Comércio Informal¹ se encontra distribuído no Centro Expandido do Recife, pontuando algumas mudanças verificadas a partir dos anos noventa. O artigo teve como subsídios: a) pesquisas realizadas pela Fundação Joaquim Nabuco² sobre o comércio informal; b) entrevistas feitas com gestores e técnicos da Prefeitura que atuam em campos relacionados à temática; c) entrevistas realizadas com representantes do Sindicato dos Ambulantes, da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Recife e com lideranças de comerciantes informais que atuam nos bairros de Santo Antônio e São José, e d) dois levantamentos feitos pela Prefeitura do Recife, por meio da Diretoria de Controle Urbano (PCR/DIRCON) e da Gerência do Comércio Infor-

mal do Centro do Recife (PCR/GCI), em 2003 e 2006, respectivamente.

A respeito dos dois levantamentos citados, deve-se esclarecer que na ocasião em que os dados foram requisitados à Prefeitura foi chamada a atenção para quatro coisas: primeiro, que tais levantamentos refletem situações encontradas em momentos pontuais e não devem ser confundidos com cadastramentos – o que implica licenciamento para o exercício da atividade; segundo, que esses números não cobrem a totalidade dos comerciantes informais do Centro Expandido, mesmo na ocasião em que os levantamentos foram realizados, uma vez que muitos deles, em ocasiões como essas, costumam escapar dos agentes municipais; terceiro, que dados de mais difícil comprovação, como o tempo de exercício na atividade ou no ponto específico onde o ambulante foi abordado, ou esca-

pam da memória ou são propositalmente alterados quando eles acham que, alegando maior tempo de permanência na atividade, poderão ser absorvidos por algum programa que possa vir a beneficiar os mais antigos; e quarto, que hoje, muito mais do que antes, são muitos os ambulantes que provêm de outros municípios da região metropolitana, principalmente de municípios vizinhos (Olinda, Jaboatão, Paulista e Abreu e Lima).

Apesar das ressalvas feitas, entende-se que os dados constantes desses dois levantamentos, colhidos diretamente nas ruas, com a identificação detalhada dos informantes (nome, identidade, local de atuação, tipo de equipamento, artigo comercializado, tempo de exercício na atividade), permitem uma aproximação maior da realidade do que certos artifícios utilizados em pesquisas que envolvem trabalhadores informais. Nessas pesquisas, os universos costumam ser estimados a partir de informações censitárias (censo demográfico, pesquisa mensal de emprego – PME, pesquisa por amostra em domicílio – Pnad, relação de informações sociais – Rais) e mediante a utilização de critérios como rendimento mensal e carteira profissional assinada ou não. No levantamento feito em 2006, as informações foram comprovadas *in loco*, mediante a apresentação de documento de filiação ao Sindicato ou de licenciamento concedido pela Prefeitura. Para os que não puderam comprovar alguma informação (o tempo de permanência na atividade), foi dado o crédito na palavra.

O Comércio informal no Centro do Recife

O *Comércio Informal* não é uma peculiaridade da Cidade do Recife, muito embora aqui ele apresente dimensões relativamente maiores do que em outros centros urbanos do país. Em São Paulo, por exemplo, ele é bastante expressivo e também visto como um problema secular, que compõe a história da cidade (CABANES *et al.*, 2011, p. 57). Visto apenas como *Comércio de Rua*, sem o contraponto da formalidade, não se trata de um fato novo. Num passado remoto, já

se registrava a presença de um tipo de comércio praticado por *vendedores de rua* que perambulavam pelas ruas e calçadas da cidade,³ numa configuração mais primitiva de comércio na qual a relação entre produtor e consumidor se dava de forma direta – os produtos comercializados eram artesanais ou produzidos nos quintais dos próprios vendedores, sem intermediários (frutas, peixes crus, beijus, tapioca, macaxeira, etc.). Com o passar do tempo, isso foi mudando. Hoje, o comércio informal articula fluxos de mercadorias as mais diversificadas e de procedências distintas (desde os produtos de fundos de quintal até os importados, numa mistura que junta espetinhos, *hamburgers* e cachorros quentes, a complementos de celulares, CDs, DVDs e artigos eletrônicos diversos), operando, muitas vezes, em redes que ultrapassam os limites locais (muitos desses artigos são de procedência estrangeira, em sua grande maioria da China, que, principalmente no bairro de São José, podem ser vistos em profusão). Surgiram novas estratégias de distribuição, novos circuitos estruturados de provimento de estoques dos comerciantes informais (aparecimento da figura do intermediário, aquisição de mercadorias por consignação no comércio atacadista), estreitaram-se as alianças entre segmentos do comércio formal e do comércio informal, bem como ficou mais explícito o clientelismo político que, de forma exacerbada, interfere no uso indevido dos espaços e equipamentos públicos.

No Recife, esse tipo de comércio não é visto apenas no centro da cidade mas também nos bairros mais populosos e populares, como Casa Amarela, Água Fria, Afogados e Beberibe, porém, é no centro da cidade que ele encontra a sua maior expressão. A sua magnitude costuma ser vista (1992, 1993, 2005 e 2009) como resultado de condicionantes geográficos, históricos e econômicos, comumente relacionados: a) à localização geograficamente estratégica do Recife no contexto da Região Nordeste e à sua condição de cidade portuária, que a fez logo cedo atrativa para migrantes originários de cidades

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro
 P. de Araújo

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro P. de Araújo

do interior ou de localidades do meio rural; b) à herança histórica comumente relacionada à cultura do açúcar e à quantidade de trabalhadores libertos da escravidão que necessitavam de meios para sobreviver; e c) ao desequilíbrio histórico entre a oferta e a demanda de mão de obra, que caracteriza o mercado de trabalho nordestino e é fruto do sistema capitalista periférico que no Nordeste apresentou os seus efeitos perversos mais acentuados.

No caso do Centro Expandido, a expansão do comércio informal nas últimas décadas tem sido relacionada ao afastamento dos consumidores de rendas média e alta do centro da cidade, questão abordada com muita propriedade em duas pesquisas realizadas pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ, 1990 e FUNDAJ, 2009). Trata-se de um fenômeno que nos reporta à década de oitenta, quando começaram a surgir *shoppings centers* e as galerias em bairros típicos dessas classes de renda, fenômeno que teve como marco inaugural o *Shopping Center Recife*, no bairro de Boa Viagem, em outubro de 1980, que já começou ocupando uma área de 19.830m², com 72 lojas e 1.131 vagas de estacionamento. Em 1983, ele teve a sua primeira expansão, abrindo mais 82 lojas, uma praça de alimentação e outras 691 vagas de estacionamento. Em 1988, passou por uma segunda expansão, ganhando mais 96 lojas e 195 vagas de estacionamento. Daí por diante, não mais parou de crescer, chegando a ficar conhecido como o maior *Shopping Center da América Latina*⁴. Essa nova modalidade de comércio – de Shopping Centers e grandes galerias – no Recife foi aos poucos se estendendo para outros bairros, o que alterou radicalmente as relações sociais urbanas e levou o centro da cidade a perder muitos estabelecimentos comerciais voltados para clientela de rendas média e alta. À medida que isso acontecia, no decorrer das décadas de setenta e oitenta, o comércio do centro vivenciava um processo de popularização, voltando-se para as classes de rendas mais baixas e atraindo cada vez mais vendedores informais para a essa região da cidade⁵.

Ao longo dos anos oitenta e no início da década seguinte, as ruas centrais já estavam ocupadas por ambulantes, os conflitos estavam mais acirrados, bem como mais acentuadas estavam as críticas ao poder público. Um depoimento colhido naquela época, de um proprietário de uma agência de turismo que havia encerrado as suas atividades no centro da cidade devido ao estado de violência e sujeira das ruas, resume bem o conjunto de outros depoimentos colhidos naquela mesma ocasião: “Recife que fique para os vândalos, governantes e políticos à procura de votos” (FUNDAJ, 1992, p. 81). Em resposta às pressões exercidas por diferenciados segmentos da sociedade, principalmente pelos setores ligados ao comércio formal, a Prefeitura reforçou as suas sucessivas tentativas de regulamentação do uso do espaço público pelos comerciantes informais, ora criando restrições ao seu funcionamento, ora atuando na melhoria da aparência dos equipamentos utilizados pelos vendedores, num vaivém contínuo de tolerância e repressão. (CORREIA, 1987; BERNARDES, 1996, FUNDAJ, 1992; FUNDAJ, 1993; PCR/DIRBAN, 2003).

Nos anos noventa, algumas ações levadas a efeito pelo executivo municipal tiveram um rebatimento maior no comércio informal do centro da cidade, dentre as quais se destacaram: a *Operação Camelô*, o *Shopping Popular de Santa Rita*, o *Mercado das Flores* e o *Calçadão dos Mascates*. A primeira delas, posta em prática durante a gestão do prefeito Gilberto Marques Paulo, em abril de 1992, apoiou-se na justificativa de que se tratava de uma questão de interesse geral, expressa na necessidade de defesa do centro da cidade, e consistiu em retirar das ruas Nova, Imperatriz, Duque de Caxias, Palma, Flores e Estreita do Rosário todos os equipamentos utilizados pelos comerciantes informais, inclusive os fiteiros e as bancas de revista. Foi uma ação exitosa por haver atingido os objetivos pretendidos, mas condenável pelos procedimentos utilizados⁶. Por tal razão, apesar dos resultados alcançados, essa iniciativa da prefeitura foi recriminada por diversos segmentos sociais que viam o co-

mércio de rua como estratégia de resistência dos grupos mais empobrecidos da população, excluídos dos mecanismos formais de sobrevivência.

O *Shopping Popular de Santa Rita*, localizado no Cais de Santa Rita foi construído em 1995 para abrigar os feirantes e ambulantes que ocupavam as ruas que davam acesso ao Mercado de São José. Segundo dados coletados na CSURB, em 1999 o equipamento não estava ainda plenamente ocupado. Com uma capacidade para abrigar 1.100 feirantes/ambulantes, havia, naquele ano, espaço disponível para mais 392 ambulantes, mas esses se recusavam a sair das ruas onde estavam.

O *Mercado das Flores*, localizado em frente à Praça Sérgio Loreto, no encontro da Avenida Dantas Barreto com a Avenida Sul, foi projetado para abrigar os comerciantes de flores do Cais de Santa Rita. O equipamento tinha capacidade para abrigar 52 comerciantes, mas ficou por muito tempo com uma ocupação aquém de sua capacidade, pois os comerciantes se queixavam do fluxo insuficiente de pessoas naquele local.

Finalmente, a instalação do equipamento denominado *Calçadão dos Mascates*, popularmente conhecido como Camelódromo, que fora uma iniciativa do então prefeito Jarbas Vasconcelos quando governou o Recife pela segunda vez (de 1993 a 1997). O *Calçadão* foi visto como uma ação inovadora, não só pelas características arquitetônicas do equipamento, mas também pelo fato de se destinar um espaço privilegiado da cidade (canteiro central da Avenida Dantas Barreto) ao exercício de uma atividade rejeitada por segmentos sociais diversos. Às críticas feitas ao empreendimento, naquela ocasião, a prefeitura respondia que era preciso dar uma finalidade àquele espaço, além de que a construção de um equipamento em módulos permitiria a utilização do espaço para outras atividades (realização de festas populares e outros eventos).

Previsto para abrigar 1.800 ambulantes, o equipamento se compunha de seis módulos cobertos e equipados com banheiros e depósitos no piso superior, onde todas as noites

as mercadorias seriam guardadas, deixando os módulos desocupados. O projeto foi implementado, mas aos poucos foi se distanciando de sua concepção original. Hoje, o equipamento encontra-se transfigurado, inclusive com comerciantes que até moram dentro dele, configurando uma situação de total distorção no uso do espaço público. Após essa investida, as ações desenvolvidas voltaram a ser apenas pontuais, sem grandes repercussões e com o *mesmo receituário*, como escreveu Denis Bernardes há uma década e meia, ao fazer considerações a respeito dessa questão: *interdição do comércio em determinadas ruas, propostas para transformar ambulantes em feirantes cadastrados, alocação em ruas onde o comércio ambulante seria permitido* (BERNARDES, 1996, p. 96).

Ao longo do ano 2000, houve um certo arrefecimento nas ações de controle do comércio informal, o que promoveu uma situação propícia à ocupação das ruas. Essa tolerância teria estimulado os comerciantes informais, sobretudo os eventuais que atuam nas épocas do ano que coincidem com os ciclos festivos locais ou que costumam ir para o centro quando o controle da atividade fica descuidado, a permanecerem nas ruas à espera de serem contemplados por qualquer política de proteção do poder público ao setor, que porventura viesse a ser desfraldada, coisa que, segundo eles, é mais difícil de acontecer se eles ficarem nos bairros. A preferência pelo centro da cidade ocorre em razão do fluxo mais intenso de pessoas, o que representa maiores chances de aumentarem as vendas. No entanto, muitos dos que se encontram nessa situação permanecem com os seus pontos nos bairros, onde em geral deixam alguém da família tomando conta.

Em 2010, o descontrole urbano mostrou-se insustentável e as críticas à gestão municipal recrudesceram, incitando a necessidade de uma resposta à sociedade, o que resultou na formatação do programa *Recife Nosso Centro*, no âmbito do qual ocorreu uma intervenção no comércio informal das ruas Sete de Setembro e do Hospício e em parte da

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro P. de Araújo

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro P. de Araújo

Avenida Dantas Barreto. Esse programa foi lançado em outubro de 2010 e posto em execução em novembro desse mesmo ano. Antes de o programa lançado, foram feitas três reuniões com 58 representantes de instituições que desenvolvem alguma atividade no Centro Expandido, chamados pela Prefeitura de *parceiros* (CDL, bancos, ONGs, movimentos sociais...).

Além dessas reuniões, durante nove dias foi feita uma enquete pela *internet* com o objetivo de verificar o que a população almejava para a melhoria do centro do Recife. Nas reuniões com os parceiros, as ações mais requeridas foram: limpeza urbana, segurança, mobilidade, ordenamento do comércio informal e divulgação das informações. Esta última ação foi mais citada pelos parceiros que atuam no Bairro do Recife, onde há muitas empresas e onde as atividades culturais estão mais presentes. Já na enquete, que refletiu os anseios da população de forma mais direta, foram contabilizados 2.215 acessos, dos quais foram retiradas 866 contribuições efetivas: limpeza urbana, ordenamento do comércio informal, segurança, mobilidade e incentivo à conservação dos edifícios. Embora não seguindo a mesma ordem de citação, as sugestões feitas pelos dois grupos, parceiros e internautas, coincidiram.

A ação prevista para o comércio informal, no âmbito desse programa, resultou na diminuição do número de ambulantes na Rua Sete de Setembro (reduzido para 61, um pouco mais da metade), na Rua do Hospício (reduzido para 61) e no trecho trabalhado da Av. Dantas Barreto (reduzido à mais da metade do que havia anteriormente).

O Comércio Informal, que hoje se apresenta em escala aumentada, torna-se uma realidade mais complexa, requerendo esforços redobrados da parte de quem se aventura a desvendá-lo. A ele se atribui parte da responsabilidade pela sensação de insegurança dos cidadãos que transitam pelo centro da cidade, na compreensão de que, quando se solucionam as questões da sujeira, da melhoria dos prédios, das ruas e das calçadas, as pessoas se sentem mais

seguras e a cidade lhes parece cuidada e mais bonita. Sendo um dos ramos mais expressivos do universo da informalidade, costumou ser visto como expressão da estrutura econômica capitalista. Hoje, percebe-se que os fatores conjunturais, sozinhos, já não dão conta de explicar a sua permanência em escala tão significativa.

No Centro Expandido do Recife, eles ficam em toda parte. São tantos, que já não perambulam como antes, deixando de certo modo vazia a expressão *Ambulantes*, pois, agora, em sua grande maioria, eles têm um lugar fixo – *o ponto* –, onde podem praticar livremente o seu comércio, muitos com licença concedida pela própria Prefeitura. Os que não têm licença da Prefeitura, vez por outra se veem obrigados a trocar de local para poder escapar dos fiscais ou mesmo de lideranças dos próprios comerciantes informais encarregados de reduzir a concorrência que também existe nesse ramo de atividade, na briga pelos melhores pontos. Na teimosia, eles saem, mas voltam. Não são apenas moradores do Recife. Muitos vêm de outros municípios da região metropolitana, principalmente dos mais próximos do Recife – Jaboatão, Cabo de Santo Agostinho, Olinda, Paulista, Abreu e Lima.

Nos seus quiosques, fiteiros, tabuleiros, bancas, barracas, telas ou cadeiras, eles vendem de tudo: roupas, calçados, frutas, relógios, celulares, alimentos que complementam as necessidades de motoristas, trabalhadores ou transeuntes que circulam pelas ruas do centro, artigos de origens as mais diversas (local, nacional, estrangeira), sendo-lhes imputada a responsabilidade pelas calçadas intransitáveis e pelas ruas sujas e mal cuidadas.

Tanto pelas formas específicas de organização, como pelos padrões estéticos que lhe são peculiares, a atividade incomoda as camadas da população para as quais o centro da cidade tem outras representações: local de lazer, turismo, referência histórica, muito embora esses mesmos segmentos, em ocasiões especiais como Carnaval, São João, Natal, festas infantis, utilizem esse

comércio em busca de artigos de época e de preços mais baratos. Para os vendedores informais, o centro da cidade é o espaço estratégico de sobrevivência ou, aliado a isso, o lugar onde podem vivenciar um jeito diferente de viver. Mas, a atividade traz transtornos ao dia a dia da cidade, sobretudo em razão do imperativo que lhe é inerente: localizar-se nos corredores de ônibus e de pedestres, nas paradas de ônibus e de táxis, nos meio-fios das calçadas, nos pontos de maior movimento. Os comerciantes de rua, outra denominação que lhes é dada, atuam no meio-fio das calçadas, ou ocupam mesmo as calçadas das ruas centrais, especialmente as ruas paralelas às avenidas Conde da Boa Vista, Dantas Barreto e Nossa Senhora do Carmo, o que dificulta, inclusive, o trabalho de limpeza urbana executado pelos garis. Eles são ágeis, criativos, persistentes – características que asseguram a sua permanência. São conhecidas, pelos que se aventuram a desvendar a sua história, as inumeráveis e infrutíferas tentativas de removê-los. Eles resistem, adaptam-se aos novos mercados e às novas tecnologias, deixam que fique mais difícil entendê-los e organizá-los.

Os técnicos encarregados do ordenamento do Comércio de Rua reconhecem que, nos últimos dez anos, essa atribuição ficou mais difícil de cumprir, pois a atividade está muito mais complexa: a) ficou mais difícil identificar os comerciantes de rua (*a gente agora não sabe mais quem é quem*); b) a reposição dos estoques passou a ser feita com mais rapidez (*a gente apreende a mercadoria hoje à tarde, amanhã de manhã ele já aparece com a mercadoria repostada, às vezes em quantidade até maior*), deixando claros os vínculos existentes entre empresários do setor do comércio que utilizam o comércio informal; c) os produtos importados, especialmente os chineses, muitos de origem duvidosa, invadiram esse mercado e são comercializados mediante arranjos os mais diversos; d) ficou também mais difícil controlar o trabalho da fiscalização, que agora é exercida por funcionários terceirizados (atualmente a cargo da

empresa *Transval*), e e) a ingerência política é muito forte.

Essa é uma questão muito difícil de equacionar, sobretudo pela politização, pelo loteamento do espaço urbano por políticos que se apóiam no clientelismo – vereadores. Percebe-se que os gestores entendem e têm vontade de implementar ações efetivas para a requalificação do espaço urbano, mas não conseguem transpor as dificuldades impostas pelo clientelismo político. (Depoimento de um técnico entrevistado)

O próprio presidente do Sindicato dos Ambulantes concorda com o fato de que o controle da atividade está deixando muito a desejar. Para ele, a atitude compreensiva da Prefeitura, em nome do respeito ao problema social, faz com que os mecanismos de repressão (demolição de bancas, quiosques e barracas e apreensão de mercadorias) não funcionem e os ambulantes não credenciados invadam a cidade.

A fiscalização está muito mais tolerante do que antes; ela observa, mas não reprime, e com isso, em vez de ajudar, cria mais problemas para a cidade, que, enfatiza ele, “pertence a todo mundo, mas hoje ninguém pode mais andar no centro da cidade”. (Depoimento do presidente do Sindicato dos Ambulantes).

O clientelismo político, mais explícito que antes, é considerado, atualmente, um dos principais empecilhos para a organização e a contenção do comércio informal, e é visto como um comportamento que se ampliou e se fortaleceu na última década, coincidindo com o momento em que se verificou uma sensibilização maior para com os grupos sociais excluídos e também um compromisso maior para com os mecanismos de participação popular. A conjugação desses fatores se acentua com a ascensão ao poder de forças políticas mais comprometidas com as causas populares, sob as lembranças ainda muito vivas dos governos autoritários pós-1964 e de um estado permanente de crises econômicas, em que não havia o horizonte de crescimento que há hoje. Os próprios técnicos da

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro
 P. de Araújo

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro P. de Araújo

Prefeitura reconhecem que houve, na última década, uma flexibilização equivocada na forma de lidar com o comércio informal nas ruas centrais do Recife, o que resultou na ocupação desordenada do espaço público e no fortalecimento das teias que atuam por trás do comércio informal, na compreensão de que liberando as ruas se conseguiria melhorar as condições de vida das pessoas. Como disse um dos entrevistados, *não se pensou que o ônus do controle é bem menor do que o ônus da retirada.*

Entre 2000-2001, quando ocorreu a transição da gestão municipal, verificou-se um arrefecimento nas ações de controle do comércio informal, o que propiciou a ocupação das ruas, porque nem o prefeito que estava saindo (em 2000) nem tampouco o que estava assumindo o cargo queriam ter seus nomes vinculados a ações impopulares. Isso facilitou o acesso dos ambulantes carentes de oportunidade de acesso ao centro da cidade e também reforçou os interesses especulativos de comerciantes formais menos comprometidos com a legalidade e com a preservação da cidade.

Quando a nova gestão municipal se instalou, em janeiro de 2001, a Avenida Conde da Boa Vista encontrava-se literalmente ocupada pelo comércio informal, o que exigiu do órgão encarregado pelo controle da atividade um esforço enorme para transferir esses comerciantes para as ruas paralelas, transversais ou adjacentes. Mas, a gestão seguiu o comportamento mais tolerante para com o comércio ambulante, coerente com a linha-mestra partidária identificada como defensora das causas dos mais pobres e excluídos. Essa postura complacente parece bem ilustrada na fala reproduzida de um então deputado federal em campanha para Presidente da República, em 1989, dirigida a um ambulante do centro de São Paulo: *é melhor você vender um churrasquinho numa esquina do que pegar numa arma para assaltar*” (frase reproduzida por Carlos Freire da Silva, *In: CABANES*, p. 70).

A responsabilidade que, em parte, se atribui ao Comércio Informal pelo sentimento de insegurança dos que transitam pelo centro

da cidade é creditada à compreensão de que a conservação da limpeza e da ordem sinaliza que o poder público está presente, cuidando do espaço, de que o espaço não está abandonado. A compreensão é de que quando se solucionam as questões da sujeira, da melhoria dos prédios, das ruas e das calçadas, as pessoas se sentem mais seguras e a cidade se lhes parece cuidada e mais bonita. O depoimento:

O abandono das ruas é que traz a sensação de insegurança, portanto, a estética. para mim como técnico, significa o Estado estar presente, cuidando, pois, o patrimônio público precisa estar bem conservado, e essa é uma das funções do gestor público. (Depoimento de um técnico entrevistado, em maio de 2012).

Há quem veja de forma positiva a presença dos comerciantes informais que atuam com bancas de revista e fiteiros, sobretudo nos horários em que as ruas centrais ficam esvaziadas, não por serem equipamentos encontrados em qualquer grande cidade do mundo, mas arroga-se a esses vendedores o papel de *vigilantes naturais* das ruas, talvez num reconhecimento velado da ineficiência de uma ação que é atributo do Estado, e com a consciência de que a ação de vigilância deve ser garantida pelos mecanismos próprios de vigilância, assim como a permanência de equipamentos privados em espaços públicos precisa estar articulada com a infraestrutura da cidade.

Os fiteiros podem muito bem funcionar no centro da cidade, inclusive porque eles até contribuem para a sensação de segurança dos cidadãos. Nas paradas de ônibus, por exemplo, os fiteiros e as bancas de revista são importantes, pois, além de suprirem algumas necessidades das pessoas que estão saindo do trabalho e voltando para casa, esses equipamentos funcionam como vigilantes naturais, pois eles conhecem o movimento da rua. (Depoimento de um técnico entrevistado, cujo teor foi repetido por outros).

Segundo os vários depoimentos colhidos nessa etapa da pesquisa, as questões rela-

tivas à mobilidade e à acessibilidade é que legitimam as intervenções no Comércio Informal. No entanto, quando elas acontecem, tais argumentos são de imediato suplantados pelo levantamento da questão social. Esse é o dilema.

Na intervenção ocorrida em 2010, por exemplo, tão logo a ação foi implementada vieram à tona os questionamentos do tipo: mas, para onde vai esse povo? E aí veio logo a mediação política, através do velho argumento, de que se estava retirando o ganha pão dos pobres, que sensibiliza a sociedade e os técnicos responsáveis pelos projetos e preocupa os gestores em razão do comprometimento político, porque há pactos firmados com facções políticas, principalmente através dos vereadores, e peitar esses grupos repercute no alcance de aspirações políticas posteriores. (Depoimento de um técnico entrevistado).

É importante deixar claro, no entanto, que a constatação de relações promíscuas por trás do comércio informal não implica o desconhecimento de que existe uma questão social que o impulsiona, com o suporte, inclusive, de acordos estabelecidos com a Prefeitura e com próprio comércio formal, muito embora com estes últimos sejam acordos meramente tácitos, nos quais as limitações no uso do espaço figuram como pressuposto principal. O relato de um técnico da prefeitura explicita bem isso:

Na ocasião da recente ação de requalificação posta em prática na Rua Sete de Setembro, alguns comerciantes formais dessa rua procuraram a Prefeitura para sugerir mudanças nos modelos das novas bancas de coco projetadas para aquela rua, pois o padrão proposto pela prefeitura poderia prejudicar os seus interesses, pois acharam que as bancas eram muito grandes e ficavam muito próximas de suas lojas. Então, eles próprios sugeriram um novo modelo para as bancas, que foi aca-

tado pela instância municipal. (Relato de um técnico da prefeitura).

Essa “aliança” entre comerciantes formais e informais, para alguns está revestida de uma certa ambiguidade: existem comerciantes formais que reclamam de barracas na frente de suas lojas, pois, dizem eles, tiram a visão das vitrines, prejudicam a acessibilidade ou, dependendo do produto, sujam as calçadas; há outros que utilizam os informais para venderem as suas mercadorias; e existem comerciantes formais que acham até bom haver vendedores informais por perto, porque, segundo eles, atraem pessoas para aquelas ruas – uma opinião totalmente oposta à que fora com frequência outrora afirmada, e na qual o comércio informal aparece como âncora para o comércio formal, numa convivência harmônica e pacífica.

O comércio informal, como já foi assinalado, segue no ritmo das mudanças. A questão social, que não é admissível minimizar, já não dá conta, por si só, de explicar o comércio informal por inteiro. Os gestores e os técnicos sabem que alguma ação mais efetiva precisa ser feita para a regulamentação dessa atividade, mas isso constitui para muitos, principalmente para os técnicos – bastante céticos quanto a essa possibilidade – uma tarefa difícil, pois o comércio informal é *um comércio teimoso*.

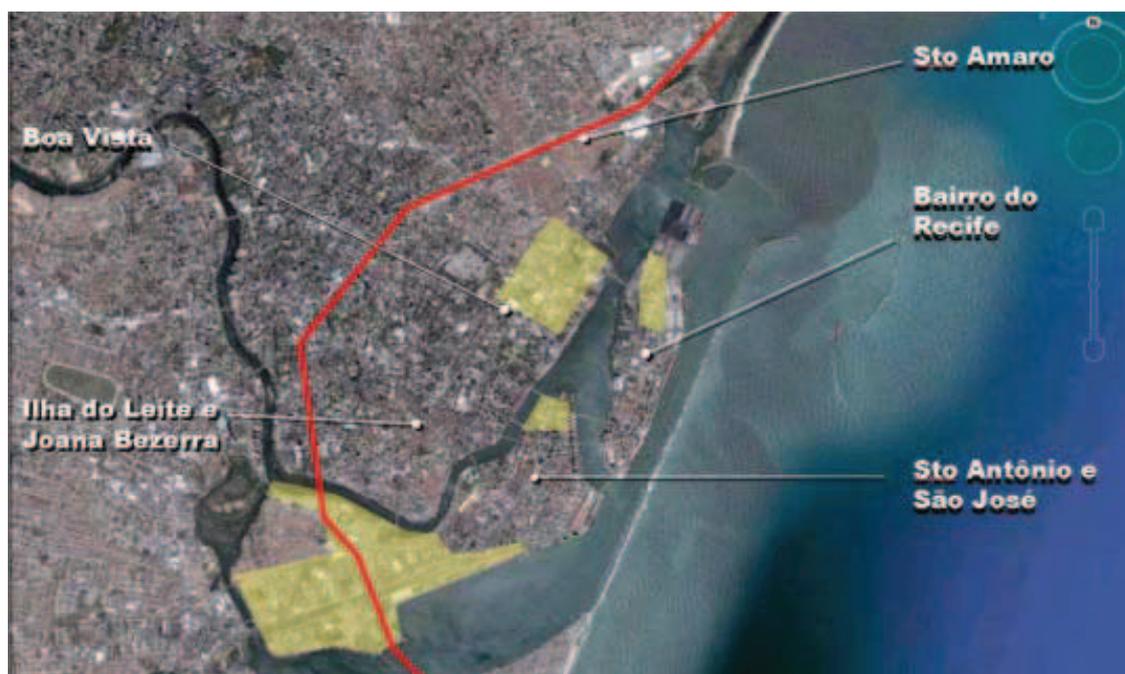
O Comércio Informal no Centro Expandido do Recife: o quadro atual

O Centro Expandido do Recife é constituído pelos bairros da Boa Vista, Santo Antônio, São José, Bairro do Recife, Santo Amaro, Ilha do Leite e Ilha Joana Bezerra. Esse espaço é limitado pela Avenida Dantas Barreto, Rua Imperial, Largo das Cinco Pontas, Cais de Santa Rita e Av. Nossa Senhora do Carmo, locais onde se registra a maior afluência de transeuntes devido ao dinamismo das atividades de comércio e serviços que ali se desenvolvem.

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro
P. de Araújo

CENTRO EXPANDIDO DO RECIFE



Fonte: Instituto da Cidade Engenheiro Pelópidas Silveira.

Em épocas mais antigas, a área que se estende desde o lado sul do Mercado de São José até o Forte das Cinco Pontas era marcada por uma presença mais forte do comércio atacadista, mas, com o passar do tempo, principalmente após a transferência, em outubro de 1986, do Terminal Rodoviário (Terminal Integrado de Passageiros – TIP) para o Curado, bairro da Zona Sul do Recife, o comércio por atacado foi cedendo lugar ao comércio vare-

jista, o que transformou essa área, hoje, numa área de comércio misto (varejista e atacadista). O espaço que compõe o núcleo do Centro Expandido registra um afluxo muito grande de coletivos, sobretudo nas Avenidas Conde da Boa Vista, Guararapes, Dantas Barreto e Nossa Senhora do Carmo, em cujas imediações, principalmente nos pontos de embarque e desembarque de passageiros, se constata o maior agrupamento de informais (Quadro 1).

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro
P. de Araújo

Quadro 1
CENTRO EXPANDIDO DO RECIFE
Comerciantes informais registrados
2003 e 2006

Bairros	2003	2006	Variação %
Bairro do Recife	84	82	-2,44
Boa Vista	777	836	7,59
Santo Antônio *	953	1.002	5,14
São José **	727	1.081	48,71
Subtotal	2.541	3.001	18,11
Santo Amaro ***	-	154	-
Ilha do Leite ***	-	50	-
Total	2.541	3.205	26,13

Fontes: Elaboração própria.

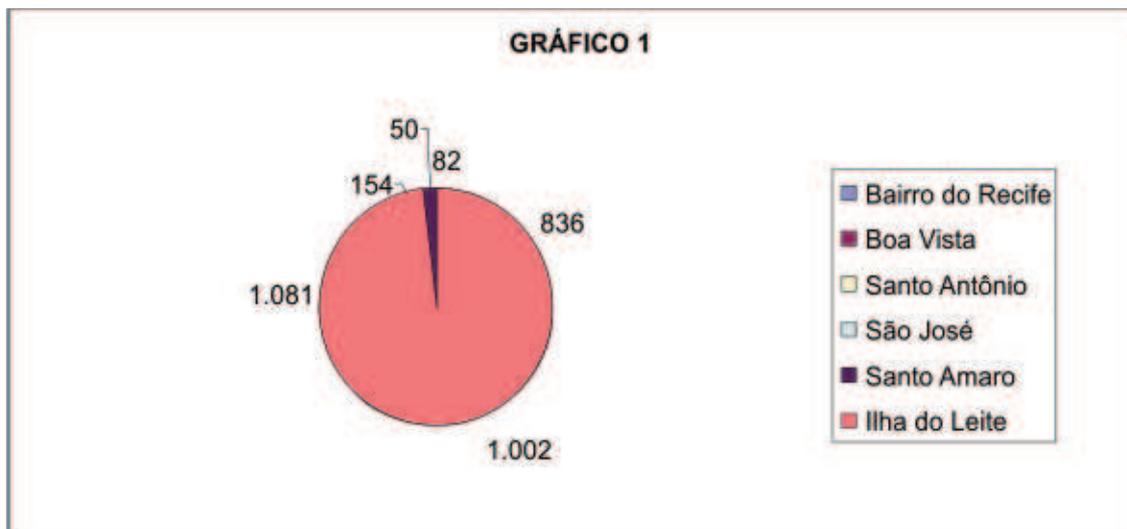
* Não foram considerados os quantitativos referentes ao Camelódromo;

** Não foram considerados os quantitativos referentes ao Shopping;

Santa Rita e ao Mercado das Flores;

*** Na ocasião do levantamento feito, o cadastramento ainda não havia sido feito nesse bairro. Os dados de 2006 incluem os vendedores da Ilha Joana Bezerra.

CENTRO EXPANDIDO
Comerciantes informais registrados
2003 e 2006



Os dados do Quadro 1 mostram o aumento ocorrido no quantitativo de comerciantes informais nos anos de 2003 e 2006, no Centro Expandido. Os subtotais do quadro apresentado, que não incluem os bairros de Santo Amaro e da Ilha do Leite no levantamento feito pela Csurb em 2003, pelo fato de que nesse período a presença de ambulantes nesses dois bairros era inexpressiva, constata-se uma variação percentual da ordem de 26,13% na comparação desse ano com o ano de 2006. Contabiliza-se um aumento no quantitativo de ambulantes nos bairros de Santo Antônio e de São José, numa variação de 5,14% e 48,70%, respectivamente, constatando-se que foi o bairro de São José o responsável pela expansão do comércio informal no período analisado.

O *Bairro do Recife*, o bairro mais antigo da cidade, concentrava até o início da década de vinte o comércio, as finanças e os serviços públicos básicos. Hoje, ele se inclina para atividades adjetivadas como atividades do futuro: economia do turismo e da cultura, indústria criativa (inclusive ligada à tecnologia, que é o novo recorte) e tecnologia da informação (abriga um polo de empresas de *software*, o chamado Porto Digital, além de diversas empresas incubadoras). Ali também se desenvolvem algumas atividades administrativas (o bairro acolhe vários órgãos li-

gados ao governo do estado e à Prefeitura) e as tradicionais atividades portuárias, no velho porto do Recife, muito embora essas últimas venham sendo reduzidas na proporção em que se ampliam cada vez mais às atividades do porto de Suape. Esse bairro, costumeiramente referenciado como o “Recife Antigo”, vem servindo de palco para as grandes programações turístico-culturais, em geral relacionadas com os ciclos festivos da cidade (carnaval, São João, Natal, Réveillon) e a eventos de forte apelo popular, deixando quem interprete essa proliferação de eventos, de 2003 para cá, inconciliável com outras atividades desenvolvidas no bairro, a exemplo das atividades desenvolvidas no Porto Digital.

Pela natureza de suas atividades, sobretudo pela frágil presença das atividades comerciais, o Bairro do Recife é a parte do Centro Expandido que, salvo quando acontecem os eventos, exhibe o menor quantitativo de comerciantes informais registrados: 84 em 2003 e 82 em 2006). Apresenta, portanto, uma variação percentual negativa (- 2,44). Ali, os vendedores informais estão mais concentrados na Avenida Marquês de Olinda e no Cais do Apolo, por serem esses os lugares de maior movimento de pessoas, e, no caso da Rua Cais do Apolo, devido à localização da Prefeitura da cidade. Quando

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro P. de Araújo

ocorrem os eventos, percebe-se a presença mais marcante dos chamados *comerciantes informais eventuais* que, no Centro Expandido, atuam em geral com licenças concedidas pela própria Prefeitura.

Gervásio Pires) destacam-se como os logradouros de maior interesse dos comerciantes de rua, principalmente as ruas do Hospício e Sete de Setembro. Essa avenida, Conde da Boa Vista, que em 2003 não teve nenhum

Quadro 2
BAIRRO DO RECIFE
Comerciantes informais registrados
2003 e 2006

Ruas / Avenidas	2003	2006	% de var.
Av. Cais do Apolo	30	26	- 15,38
Subtotal	30	26	- 15,38
Outras ruas	54	56	3,71
Total	84	82	- 2,44

Fonte: Elaboração própria

O *Bairro da Boa Vista* caracteriza-se como um polo de comércio e de serviços, embora ainda mantenha moradias remanescentes da época em que se destacou como zona residencial da cidade, e também seja visto com potencial para as atividades ligadas ao turismo e à cultura. A Avenida Conde da Boa Vista e, especialmente, algumas das suas ruas transversais (Sete de Setembro, União, Hospício e

ambulante registrado, aparece em 2006 com 48 registros – número bem inferior ao exibido por algumas de suas transversais e adjacentes, como, além das duas ruas já citadas, as ruas do Riachuelo e da Saudade. Para se ter uma ideia melhor do que isso representa em termos de ocupação das ruas, observe-se a quantidade de equipamentos ali apinhados em 2006, quando foi feito o registro:

Quadro 3
BAIRRO DA BOA VISTA
Tipo de equipamentos utilizados pelos ambulantes
2006

Ruas	Tipo de equipamento	Total
Rua Sete de Setembro	73 tabuleiros, 17 fiteiros e 23 outros.	113
Rua do Hospício	38 quiosques, 30 tabuleiros, 30 telas, 24 fiteiros, 19 barracas, 15 carroças e 13 outros.	169
Rua do Riachuelo	13 fiteiros, 13 barracas, 8 carroças e 8 outros.	42
Rua Gervásio Pires	13 fiteiros, 6 barracas e 11 outros.	30
Parque 13 de Maio	30 carroças e 44 diversos.	74
	Total	428

Fonte: Elaboração própria.

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro P. de Araújo

As duas fotos exibidas da Rua Sete de Setembro, feitas antes e depois da intervenção ocorrida em novembro de 2010, mostram o que isso provoca em termos de desordem urbana. Nessa intervenção, a Rua

Sete de Setembro, conforme já foi dito, o quantitativo de comerciantes informais foi reduzido de 113 para 61, um pouco mais da metade do que se havia registrado em 2006.

RUA SETE DE SETEMBRO

Antes

Depois



Quadro 4
BAIRRO DA BOA VISTA
Comerciantes informais registrados
2003 e 2006

Ruas / Praças / Avenidas	2003	2006	% de variação
Rua da Aurora	20	4	-400,00
Rua da Conceição	23	20	-15,00
Av. C. da Boa Vista	-	48	-
Rua Gervásio Pires	31	30	-3,33
Rua do Hospício	177	169	-4,73
Av. Manuel Borba	20	18	-11,11
P. Machado de Assis	13	23	76,92
Rua do Riachuelo	40	42	5,00
Rua da Saudade	31	25	-24,00
Rua Sete de Setembro	111	113	1,80
Parque 13 de Maio	50	74	48,00
Rua da União	19	22	15,78
Av. Visconde de Suassuna	20	19	-5,26
Subtotal	555	607	9,37
Outras ruas	222	229	3,15
Total	777	836	7,59

Fontes: Elaboração própria.

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro
P. de Araújo

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro P. de Araújo

Do outro lado do bairro da Boa Vista, a informalidade no comércio tem uma presença mais forte no Parque 13 de Maio, verificando-se um aumento no quantitativo de ambulantes, incluídos nos levantamentos realizados, de 50 em 2003 para 74 em 2006, o que implica uma variação percentual da ordem de 48%. Na Praça Machado de Assis, outro ponto de concentração, a variação percentual foi de 76,92% (de 13 para 23). Também se observa um número razoável de comerciantes informais na Avenida Visconde de Suassuna (20 em 2003 e 19 em 2006), e chama a atenção a redução verificada na Rua da Aurora, onde foram registrados, em 2003, vinte ambulantes, e em 2006 apenas quatro.

No que diz respeito ao tempo da atividade dos comerciantes informais que atuam nas ruas do bairro da Boa Vista (o que não significa tempo no exercício da atividade), notam-se duas coisas: 1) a confirmação do que fora alertado pelos técnicos responsáveis por esses levantamentos, de que eles representavam apenas um registro do que fora encontrado num determinado momento; e 2) que, apesar de o número de ambulantes ter aumentado no período 2003 – 2006 em cerca de 7,59 %, 49% deles atuavam nas ruas desse bairro no ano de 2006, há mais de 10 anos, dos quais 8,4

% ali se encontram há mais de 25 anos (Quadro 5). No entanto, confirmando o que vem sendo dito até agora, 16,27% deram início à sua atuação no bairro da Boa Vista a partir do ano 2000.

Santo Antônio é o bairro onde se verifica uma presença maior do comércio varejista, mas onde também se desenvolvem atividades ligadas ao turismo e à cultura. Ali, o comércio informal se faz presente com mais força nas avenidas Guararapes e Dantas Barreto e na Rua Mathias de Albuquerque. Na Avenida Guararapes, segundo os dois levantamentos, o quantitativo de ambulantes passou de 62 em 2003 para 101 em 2006, o que representa uma variação percentual da ordem de 62,90%. Já a Avenida Dantas Barreto, no trecho localizado nesse bairro, apesar de conter a maior aglomeração de informais, 216 em 2003 e 195 em 2006, mostra uma leve redução nesse período, fato que se repete no trecho dessa avenida que está atrelado ao bairro de São José (que em 2003 contabilizava 243 e em 2006 caiu para 211). Juntando-se, pois, os dois trechos da Dantas Barreto, contabilizam-se 459 comerciantes informais registrados em 2003, contra 406 em 2006. Considerando-se o que isso significa em termos dos equipamentos infor-

Quadro 5
BAIRRO DA BOA VISTA
Comerciantes informais registrados por tempo na atividade
2006

Ruas / Avenidas	Nº	- de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
Rua da Aurora	4	-	-	-	2	-	2	-
Rua da Conceição	20	1	7	3	3	-	6	-
Av. C. da Boa Vista	48	18	14	4	4	2	4	2
Rua Gervásio Pires	30	6	14	5	2	1	2	-
Rua do Hospício	169	15	83	40	18	6	4	3
Av. Manuel Borba	18	1	3	8	1	1	3	1
P. Machado de Assis	23	2	1	6	5	5	4	-
Rua do Riachuelo	42	7	12	13	6	2	1	1
Rua da Saudade	25	2	6	10	4	1	-	2
Rua Sete de Setembro	113	31	30	23	13	10	6	-
Parque 13 de Maio	74	17	12	15	15	6	9	-
Rua da União	22	1	7	5	1	1	6	1
Av. Visc. Suassuna	19	2	8	4	1	2	2	-
Subtotal	607	103	197	136	75	37	49	10
Outras ruas	229	33	74	36	37	19	21	9
Total	836	136	271	172	112	56	70	19

Fonte: Elaboração própria.

mais espalhados ao longo dessa avenida (bairros de Santo Antônio e São José), tem-se o seguinte cenário: 159 tabuleiros, 106 fiteiros, 87 barracas, 34 carroças e 20 outros (quiosques, bancas, cadeiras, telas). Nesses equipamentos pode-se comprar de tudo: coco verde, acarajé, tapioca, celular, milho verde, frutas, ferragens, batata frita, sorvete, artigos de couro, relógio, óculos, importados diversos, CDs, bijuterias, meias e até veneno. Essa quantidade de equipamentos utilizados pelos comerciantes informais, constituídos, à exceção dos fiteiros e dos quiosques padronizados, de materiais toscos, somada à variedade de artigos neles comercializados, não apenas impactam no visual das ruas como dificultam a mobilidade e a acessibilidade das pessoas. No caso do comércio de alimentos (processados e *in natura*), o impacto se torna maior devido à explicitação da falta de higiene.

Quantidade de ambulantes próxima à encontrada na Avenida Guararapes foi registrada em uma de suas paralelas, a Rua Mathias de Albuquerque, que aumentou de 20 em 2003 para 93 em 2006. Pelos dados trabalhados, não se trata, nesse caso, de transferência, posto que apenas 1 dos cadastrados em 2006 se encontra nessa rua há menos de cinco anos. A grande maioria (81,72%) atua na Mathias de Albuquerque há mais de 15 anos. Mudança no sentido inverso ao verificado nessa rua pode ser vista na Praça Joaquim Nabuco, que passa por um processo de desocupação no período em foco: de 43 ambulantes em 2003 passa para 5 em 2006. Já as praças da Independência e do Diário, também localizadas nesse bairro, passaram por alterações nesse período: a primeira teve apenas 2 registros em 2003, passando para 11 em 2006; a segunda, que tinha apenas 3 em 2003, passa a ter 20 em 2006.

Quadro 6
 BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO
 Comerciantes informais registrados
 2003 e 2006

Ruas / Praças / Avenidas	2003	2006	% de variação
Rua Dr. Amaro Pedrosa	1	25	2.400,00
Av. Dantas Barreto *	216	195	-10,77
Rua das Flores	32	30	-6,66
Rua Floriano Peixoto	38	44	15,79
Av. Guararapes	62	101	62,90
Rua do Imperador	29	18	-61,11
Rua Inf. Dom Henrique	27	24	-12,50
Rua Marquês do Recife	41	42	2,43
R. Mathias de Albuquerque	20	93	365,00
Rua Martins de Barros	21	17	-23,52
Rua N. Senhora do Carmo	67*	60	-11,66
Rua da Palma	41	43	4,87
Praça do Diário	3	20	566,66
Praça Joaquim Nabuco	43	05	760,00
Rua 1º de Março	17	11	-54,54
Rua Siqueira Campos	24	26	8,33
Rua do Sol	35	45	28,57
Rua Tobias Barreto	111	20	455,55
Subtotal	828	819	- 1,09
Outros	125	183	46,41
Total	953	1.002	5,14

Fonte: Elaboração própria.

* Foram incluídos aqui os 40 que constavam do bairro de São José.

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro
 P. de Araújo

Quadro 7
BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO
 Comerciantes informais registrados por tempo na atividade
 2006

Ruas / Praças / Avenidas	Nº	- de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
Rua Dr. Amaro Pedrosa	25	-	1	19	4	1	-	-
Av. Dantas Barreto *	195	20	99	34	14	7	19	2
Rua das Flores	30	3	6	18	-	3	-	-
Rua Floriano Peixoto	44	4	6	15	14	2	2	1
Av. Guararapes	101	2	23	5	12	14	38	7
Rua do Imperador	18	1	7	1	1	3	4	1
Rua Inf. Dom Henrique	24	-	-	24	-	-	-	-
Rua Marquês do Recife	42	2	1	39	-	-	-	-
R. Mathias de Albuquerque	93	1	13	1	73	-	3	2
Rua Martins de Barros	17	7	3	4	-	1	2	-
Rua N. Senhora do Carmo	60	11	27	17	4	-	-	1
Rua da Palma	43	16	14	9	2	1	1	-
Praça do Diário	20	2	-	9	8	-	-	1
Praça Joaquim Nabuco	05	-	-	2	3	-	-	-
Rua 1º de Março	11	2	-	9	-	-	-	-
Rua Siqueira Campos	26	-	3	16	-	4	2	1
Rua do Sol	45	20	4	7	8	2	1	3
Rua Tobias Barreto	20	2	2	2	5	4	5	-
Subtotal	819	93	209	231	148	42	77	19
Outras ruas	183	24	36	32	14	13	34	30
Total	1.002	117	245	263	162	55	111	49

Fonte: Elaboração própria.

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro P. de Araújo

O *Bairro de São José* foi o bairro onde se deu o grande salto no número de comerciantes informais, no período entre 2003 e 2006. A Praça Dom Vital, em cujo entorno foram anotados, em 2003, apenas 25 comerciantes informais, em 2006 passa a ter 163, o que equivale a uma variação percentual de 552 %. Representa a segunda maior concentração de ambulantes em 2006, só perdendo para a Avenida Dantas Barreto (no trecho localizado nesse bairro). A especificação da quantidade de equipamentos e do tipo de artigos comercializados possibilita construir-se mentalmente o que isso representa em termos de impacto no entorno dessa praça: 82 barracas, 43 tabuleiros, 24 fiteiros e 14 outros (expositores, bancas, carroças, cadeiras, carro e tela). A Praça Machado de Assis, que não havia tido nenhum registro em 2003, aparece em 2006 com 23 ambulantes, e a Praça Mauá, apesar de apresentar um número bem inferior aos das duas praças já citadas, teve uma redução no período de 13 para seis. Em termos de variação percentual, a mudança maior

verifica-se na Rua 24 de Maio, onde em 2003 só havia 3 ambulantes e em 2006 nela foram registrados 51.

No bairro de São José, a maior aglomeração de informais fica na Avenida Dantas Barreto, no trecho que lhe cabe, apesar de nos dois levantamentos realizados se verificar uma redução de 243 para 211 em 2006. Em razão dessa incidência, a avenida foi incluída na intervenção feita em novembro de 2010, no âmbito do programa "Recife Nosso Centro". Nessa avenida, a quantidade de ambulantes foi reduzida à metade, aproximadamente, pois havia ali uma quantidade bem maior de ambulantes sem autorização. Outra aglomeração expressiva de ambulantes, nesse bairro, encontra-se na Rua Tobias Barreto, que teve praticamente mantido o seu quantitativo de informais: 111 em 2003, e 99 em 2006. A Travessa do Mercado passou por um processo de desocupação nesse período, pois, de 72 ambulantes em 2003 teve apenas nove registrados em 2006. A Rua Direita figura entre as ruas que tiveram aumentos mais significativos: de 17 em 2003

para 49 em 2006 (188 % a mais). Nessa rua, os artigos de vestuário (chamados *artigos de confecção*) são os mais comercializados pelos informais (dos 49 ambulantes registrados, 44 comercializam com esse tipo de artigo).

bairro de São José o que registrou o maior aumento no quantitativo de informais no período 2003-2006. A maioria deles (56,85 %) afirmou estar lá há mais de nove anos e, dentre esses, 17,37 % há 15 anos e mais, dos quais

Quadro 8
BAIRRO DE SÃO JOSÉ
Comerciantes informais registrados
2003 e 2006

Ruas / Praças / Avenidas	2003	2006	% de variação
Av. Dantas Barreto	243	211	- 15,16
Rua Direita	17	49	188,23
Rua da Penha	-	41	-
Rua do Porão	24	22	- 9,09
Praça Dom Vital	25	163	552,00
Rua de Santa Rita	22	11	- 100,00
Rua Tobias Barreto	111	99	- 12,12
Travessa do Cirigado	26	28	7,69
Travessa do Macedo	-	31	-
Travessa do Mercado	72	9	- 700,00
Pátio do Carmo	-	168	-
Rua 24 de Maio	3	51	1.600,00
Pr. Machado de Assis	-	23	-
Subtotal	543	906	66,85
Outras ruas	184	175	5,14
Total	727	1.081	48,69

Fontes: Elaboração própria.

* Foram retirados daqui os 40 que constavam da Av. N. Senhora do Carmo e incluídos no bairro de Santo Antônio.

A incoerência verificada no confronto dos quadros referentes ao tempo de exercício da atividade (nos mencionados bairros) e os dados constantes do Quadro 1 (quantitativo de informais em 2003 e 2006) confirmam a observação feita anteriormente a esse respeito. Dos comerciantes cadastrados no bairro de São José, 38,72 % disseram ter, em 2006, até nove anos no exercício da atividade nesse bairro, o que não corresponde ao que apontam os dados do Quadro 1, que mostram ter sido o

113 atuam nesse bairro há mais de 24 anos. Uma permanência tão longa numa atividade informal expõe os limites da suposição feita sobre a informalidade como algo passageiro, que pode ser superado por melhorias que venham a ocorrer na oferta de emprego formal ou na distribuição da renda, conjectura já comprovada por pesquisas realizadas anteriormente, que mostram ser esse pressuposto aplicado apenas a uma parte desse contingente de trabalhadores.

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro
P. de Araújo

Quadro 9
BAIRRO DE SÃO JOSÉ
 Comerciantes informais registrados por tempo na atividade
 2006

Ruas / Avenidas	Nº	- de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
Av. Dantas Barreto	211	10	136	46	7	6	2	4
Rua Direita	49	6	8	8	6	6	15	-
Rua da Penha	41	1	-	-	40	-	-	-
Rua do Porão	22	-	1	2	4	3	9	3
Praça Dom Vital	163	2	77	57	11	2	13	1
Rua de Santa Rita	11	1	2	4	1	-	3	-
Rua Tobias Barreto	99	6	22	66	-	1	1	3
Travessa do Cirigado	28	3	13	10	1	1	-	-
Travessa do Macedo	31	-	12	3	-	6	10	-
Travessa do Mercado	09	6	-	-	-	1	-	2
Pátio do Carmo	168	-	4	163	-	-	-	1
Rua 24 de Maio	51	6	13	19	4	3	6	-
Pr. Machado de Assis	23	-	-	-	-	-	-	23
Subtotal	906	41	288	378	74	29	59	37
Outras ruas	175	33	51	40	12	2	5	32
Total	1.081	74	339	418	86	31	64	69

Fonte: Elaboração própria.

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro P. de Araújo

Para muitos comerciantes informais, a atividade representa um modo favorito de viver. No caso do comércio informal, contribui para isso o fato de os rendimentos nesse setor serem, em muitos casos, superiores aos dos assalariados do setor formal, e, quando não são, à expectativa de virem a ser. Aliás, isso não ocorre apenas no ramo informal do comércio. Duas pesquisas realizadas pelo Sebrae-PE e pelo Sindinvest-PE (Sindicato das Indústrias de Vestuário) concluíram que precisa ser criado um ambiente em que não valha a pena ser informal⁷.

Naquela mesma ocasião, informação prestada pelo presidente do Sindinvest-PE deu conta de que, das 3.571 empresas com registro na Junta Comercial e inscrição na Secretaria da Fazenda, apenas 36,5% delas continuavam na atividade, concluindo que as demais se encontravam na informalidade que, na opinião dele, continuava crescendo.⁸ Além disso, existem outros fatores já por demais

conhecidos pelos que lidam com essa questão, ligados à liberdade com relação a horários, ritmos, formas de organização.

O *Bairro de Santo Amaro*, que liga o centro do Recife à zona norte da cidade, é o bairro do Centro Expandido com maior população residente. Em 2003, ele concentrava 11,72% dos estabelecimentos comerciais existentes no Centro Expandido, dentre os quais o comércio varejista, no qual se salienta o *Shopping Tacaruna*, e o comércio atacadista de veículos automotores. Nesse bairro, como no *Bairro da Ilha do Leite*, o comércio informal não tem a expressão que tem nos demais (Quadro 1), pois abriga apenas 4,84% o primeiro, e 1,57% o segundo, dos ambulantes registrados no Centro Expandido. Em Santo Amaro, 43 desses vendedores lá se encontram há mais de 14 anos e atuam, principalmente, na Avenida Cruz Cabugá e na Praça do Campo Santo, onde se localiza o cemitério.

Quadro 10
 BAIRRO DE SANTO AMARO
 Comerciantes informais registrados
 2003 e 2006

Ruas/Avenidas	2003	2006
Av. Cruz Cabugá	-	
Praça do Campo Santo	-	
Subtotal	-	
Outras ruas	-	
Total	-	

Fonte: Elaboração própria.

A *Ilha do Leite*, bairro tradicionalmente habitacional, vivencia nos últimos anos um processo substancial de mudança, com uma nova configuração que o caracteriza como um polo moderno de serviços médicos. Ali se concentram hospitais, clínicas e consultórios que oferecem modernos serviços de saúde. O comércio informal nesse bairro é inexpressivo (apenas 50 comerciantes registrados, o que representa 1,57% do total do CE, a maioria deles com menos de 15 anos de atividade no bairro). O Bairro *Ilha Joana Bezerra*, cujos vendedores informais estão incluídos nos da Ilha do Leite, também vem passando por um processo de mudança motivada pela implantação do Fórum Joana Bezerra, a partir do qual o bairro vem se configurando como o polo jurídico da cidade.

Considerações finais

A análise do perfil e das mudanças ocorridas no Comércio Informal do Centro Expandido do Recife, no período pós-1990, mostra dois aspectos que chamam mais a atenção. Primeiro, o aprofundamento da complexidade

que envolve essa atividade e que possibilita ocultar, sob o véu da questão social, outras explicações para a sua permanência em escala cada vez mais ampliada. Em segundo lugar, a atitude vacilante do executivo municipal, que se vê pressionado, de um lado, pelo forte apelo da questão social, sob a qual se escondem outros interesses apontados ao longo deste artigo, e, de outro lado, pela pressão dos segmentos da sociedade que cobram a responsabilidade da gestão municipal pela conservação do patrimônio público, pela garantia das condições de mobilidade e pelo direito de acesso à cidade e aos serviços que ela oferece. As ações postas em prática nos últimos vinte anos, algumas mais pontuais, outras de caráter mais permanente, como o *Calçadão de Mascates*, não conseguiram alcançar o êxito almejado, pois foram todas elas vencidas pela tenacidade dos comerciantes informais em permanecerem na atividade, valendo-se de sua *capacidade de navegar*, num movimento contínuo de saídas e de voltas.

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro
 P. de Araújo

Notas

* Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: socorro.araujo@fundaj.gov.br.

¹ Comércio Informal: atividade inserida no universo das chamadas atividades informais, exercida por trabalhadores que atuam vendendo as suas mercadorias nas ruas, avenidas, praças ou calçadas. Também conhecidos como comerciantes de rua ou ambulantes. As atividades informais, por sua vez, são aquelas exercidas por trabalhadores que têm em comum a iniciativa de buscarem, eles próprios, os meios de que necessitam para sobreviver, de forma independente, sem o respaldo legal e a proteção social do Estado.

² Fundaj, 1992, 1993, 1995, 2009.

³ FUNDAJ, 1992, p. 27.

⁴ pt.wikipedia.org/wiki/Shopping_Recife. Acesso em: 2 maio 2012.

⁵ Essa análise encontra-se mais detalhada no relatório da pesquisa realizada pela Fundaj (FUNDAJ, 2009).

⁶ A Operação Camelô foi posta em prática numa quinta-feira da Semana Santa, à noite, retirando de forma abrupta todos os equipamentos e produtos neles existentes e depositando tudo embaralhado num depósito da prefeitura, no Cais do Apolo, sem possibilitar a identificação e a recuperação dos equipamentos e dos produtos após a Operação. Ver: FUNDAJ, 1993.

⁷ Declaração do diretor-superintendente do Sebrae, para o jornal Folha de Pernambuco, em 19 de junho de 2003.

⁸ Declaração do presidente do SindiVest, para o jornal *Folha de Pernambuco*, em 19 de junho de 2003.

Referências bibliográficas

ANDRADE, G. S.; GOMES, E. T. A. *Análise da paisagem de um dos principais eixos de expressão da cidade do Recife, a Avenida Recife – uma leitura de sua dinâmica*. In: IX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 2001. Recife: *Anais...*, Ed. Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2001. v.1.

BERNARDES, D. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 1996.

CABANES, R. *et al. Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Ed. Bontempo, 2011.

CORREIA, T. A prefeitura do Recife e o comércio de rua. UFPE/MDU. *Dissertação* (Mestrado). Recife, 1997.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. Ática, 1974. Série Ensaios 3.

FUNDAJ. *Centro do Recife: atores, conflitos e gestão*. Recife: Relatório de pesquisa, 1992.

FUNDAJ. *Operação Camelô: uma tentativa de disciplinamento do uso do espaço urbano*. Recife: Relatório de pesquisa, 1993.

_____. *O comércio de rua e o calçadão dos mascates*. Relatório de pesquisa. Recife, 1995.

_____. *Novas atividades urbanas no mercado de trabalho informal: ciclistas-propagandistas, panfleteiros e vendedores de CDs e DVDs piratas no Recife*. Relatório de pesquisa. Recife, 2009.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PCR/Dirban. *Os setores econômicos de comércio e serviços no Centro Expandido do Recife*. Relatório de pesquisa. Recife, 2003.

PCR/Seplan/Dircon. *Levantamento do comércio informal no Centro Expandido do Recife*. Texto mimeografado. Recife, 2006.

O comércio informal no centro expandido do Recife

Maria do Socorro P. de Araújo